

A CRÍTICA AO MARXISMO POR PARTE DOS OPOSITORES DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

THE MARXISM CRITIC BY THE OPONENTS OF THE "GENDER IDEOLOGY"



Vol. II Número 21 jan./jul. 2016
p. 293 - 302

José Luis Derisso ¹

RESUMO: O objetivo central deste artigo é abordar numa perspectiva crítica os argumentos por meio dos quais a questão de gênero tem sido tratada por setores do catolicismo conservador que a denomina “ideologia de gênero” e a identifica como o principal elemento da estratégia marxista de solapar os alicerces da civilização ocidental, a começar pela destruição da família. Esta abordagem respaldou a oposição parlamentar, sobretudo a Bancada Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, à inclusão da questão de gênero no Plano Nacional de Educação. Identificamos que tais argumentos negam a historicidade das instituições sociais ao naturalizar a família, a moral e a propriedade privada.

PALAVRAS CHAVES: Gênero; marxismo; religião.

ABSTRACT: The central objective of this article is to approach, in a critical perspective, the arguments in which the gender issue has been approached by sectors of the conservative catholicism that denominates it as "gender ideology" and identifies it as the main element of Marxist strategy to undermine the foundations of western civilization, starting from the family destruction. Such arguments advocated a parliamentary opposition - mainly the Evangelical Parliamentary Caucus of the National Congress - to the inclusion of gender issues in the National Education Plan (Brazil). We identified that the arguments involved deny the historicity of social institutions, naturalizing the family, the moral and the private property.

KEYWORDS: Gender; Marxism; Religion.

Introdução

O processo parlamentar de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011/2020 que deveria ser concluído até o final de 2010 arrastou-se até meados de 2014. Das disputas parlamentares responsáveis por este

¹ Professor adjunto do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE, Campus de Cascavel/PR.
joseluisderisso@yahoo.com.br.

atraso o tratamento que as escolas deveriam dar à chamada questão de gênero constituiu uma das últimas querelas.

Pelo inciso III do artigo 2 do projeto elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) por meio da Conferência Nacional de Educação, ficava estabelecido que uma das diretrizes do Plano seria a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia de acessibilidade”. Porém, argumentos de cunho religioso e moral foram utilizados para substituir esta passagem por “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014), ao mesmo tempo que suprimia todas as menções à palavra “gênero” no texto do plano aprovado. Dentre estes argumentos destacou-se o de que a inclusão da questão de gênero e orientação sexual favoreceria uma “ditadura gay”.

Após a aprovação do Plano Nacional de Educação a questão voltou a ser objeto de disputa nas conferências de educação dos estados, municípios e Distrito Federal encarregadas de elaborar projetos no âmbito de seus respectivos sistemas de ensino para posterior apreciação pelas suas respectivas câmaras municipais ou assembleias legislativas.

A manutenção do texto da Conferência Nacional como guia para as discussões nas conferências, após o mesmo ter sido alterado pelo Poder Legislativo, ensejou um requerimento de vinte e quatro páginas ao MEC, encabeçado pelo deputado Izalci Lucas Ferreira e assinado por alguns deputados federais. Neste documento o autor apresenta a “ideologia de gênero” como estratégia do marxismo para implantar o comunismo.

O objetivo do presente artigo é explicitar e criticar os argumentos apresentados como “teóricos” que fundaram a ação política do *lob* religioso no processo de elaboração dos planos de educação levada a cabo sobretudo pela Bancada Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional e por bancadas similares nas assembleias legislativas e câmaras municipais do país. Ação política esta que contou com o suporte de palestras e escritos produzidos por religiosos, sobretudo católicos, que assumiram a linha de frente do combate ao que eles denominam “ideologia de gênero” e que foram disponibilizados na Internet. O recurso prioritariamente utilizado para a explicitação e crítica anunciada é o da confrontação de citações e posicionamentos atribuídos por estes religiosos a Marx e Engels com os escritos originais de *A Ideologia Alemã* e de *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada*. Uma vez cumprida esta etapa passa-se à discussão dos métodos utilizados pelos religiosos em questão comparando-os com o método utilizado pelo intelectual católico Jacques Maritain para abordar o marxismo e a obra de Karl Marx em *O Humanismo Integral* (MARITAIN, 1965). Esta comparação tem o intuito de demonstrar que no âmbito acadêmico a crítica deve seguir normas, as ideias criticadas devem ser expostas preferencialmente a partir da lavra de seus autores e não atribuídas aos mesmos por meio de fragmentos descontextualizados, adulterações ou supostas intenções não demonstráveis.

Como a “ideologia de gênero” foi vinculada ao marxismo

Durante o processo de elaboração do PNE e dos planos estaduais, municipais e do Distrito Federal, produziram-se dezenas de vídeos contrários à abordagem de qualquer temática relacionada à questão de gênero nas escolas. Estes vídeos foram produzidos e disponibilizados na Internet a partir de centenas de palestras ministradas quase que exclusivamente por religiosos de ofício. As ações organizadas por grupos religiosos, reforçadas pelo material midiático produzido, fortaleceram as pressões do *lob* religioso sobre os legisladores. O que há de comum neste material virtual é a utilização de argumentos apoiados quase sempre nas mesmas críticas a citações de autores marxistas para sustentar que o conceito de gênero foi elaborado como suporte para a destruição da família, da

propriedade privada e das bases da civilização ocidental.

Segundo Ricardo (2015), os fundamentos teóricos da estratégia de destruição da família estariam expressos na obra esboçada por Marx e publicada por Engels no ano de 1884 sob o título de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, obra que teria marcado um redirecionamento do pensamento destes autores em direção ao “marxismo cultural”. Esta reorientação teria ocorrido, ainda segundo Ricardo, após a percepção de que a luta de classes do proletariado e a ação desta classe no plano da política e da economia fracassaram como estratégias de luta pelo comunismo.

A base que fundamenta filosoficamente o marxismo, segundo o Ricardo, é a dialética hegeliana que concebe o negativo como uma força do mal que sempre produz vida, e cuja ausência produz imobilismo. Neste sentido a dialética hegeliana se fundamentaria na ideia de que fazendo o mal se atingiria o bem, conforme podemos apreender passagem de Ricardo (2015):

Em suma, o ideal de Marx era a implantação de um paraíso terrestre, de uma sociedade justa, perfeita, através do poder criativo do mal. Marx, porém, não é a origem de tal pensamento, mas somente um porta-voz. Afirmar a força criativa do mal, do negativo, que da destruição faz surgir algo de bom é um princípio da filosofia hegeliana. De uma antítese forte, segundo Hegel, surge uma síntese superior. Hegel identifica uma espécie de injustiça com o mal, com o negativo, que foi demonizado, exorcizado, criando imobilismo e falta de vitalidade.

Com intuito de desclassificar a produção intelectual de Marx, o palestrante afirma, sem fundamentar, que este teria sido desonesto intelectualmente ao basear seus estudos em dados falsos e manipulados a partir dos relatórios dos inspetores fabris ingleses para provar que a situação dos trabalhadores do século XIX era ruim. Porém, há que se notar que a Igreja Católica reconheceu a existência de tal situação na Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, que há mais de um século é apresentada como marco da política social da Igreja.

Veja o que diz a Encíclica:

(...) é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. (LEAO XIII, 2).

Diz ainda Ricardo (2015) que o fracasso do marxismo teria se evidenciado no contexto da Primeira Guerra Mundial quando o proletariado europeu ao invés de defender seus interesses de classe teria defendido os da classe burguesa. Tal fato teria levado a que o filósofo italiano Antônio Gramsci identificasse na alienação dos trabalhadores a causa da derrota da estratégia marxista de construir o socialismo pela via da luta de classes e formulasse a estratégia do “marxismo cultural”, que representaria hoje a filosofia vitoriosa no âmbito do marxismo.

A estratégia deste “marxismo cultural” consistiria em atacar os três pilares da civilização ocidental, a saber: a filosofia grega, o direito romano e a religião judaico-cristã. Estratégia que teria sido aprimorada posteriormente pelo movimento feminista da década de 1960 que identificava a família – promotora da transmissão e consequente perpetuação da propriedade privada –, o patriarcalismo e a ética sexual burguesa como os inimigos intermediários a serem batidos na luta pela destruição da civilização ocidental, destruição esta que por sua vez constituiria um pressuposto para a implantação do comunismo, segundo Ricardo (2015) que acrescenta que o marxismo cultural influencia as principais instituições de

Estado no Brasil, apreciação esta que não é inédita, conforme podemos inferir desta passagem de Coutinho (2009, p. 43) escrita anos antes do embate parlamentar aqui analisado:

Mais recentemente, até o pensamento de direita vem-se ocupando de Gramsci. Para jornalistas como Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo, que escrevem para grandes jornais da mídia brasileira, Gramsci – e não Lênin – é o verdadeiro inimigo: a teoria gramsciana da hegemonia tem sido apresentada como uma forma sutil de “lavagem cerebral”, voltada para destruir o senso comum e preparar para o triunfo do comunismo. Carvalho não hesita em dizer que Gramsci e os gramscianos já venceram no Brasil, pois controlam não só o governo e a burocracia estatal, mas também os meios de comunicação e todo o sistema educacional. De acordo com este jornalista (que gosta de se apresentar como “filósofo”), no Brasil somente as forças armadas resistem, ainda, ao “gramscismo”, evidenciando claramente o apelo a uma intervenção militar (...).

A aproximação entre Ricardo e o jornalista citado por Coutinho está evidenciada no blogue *CHRISTO NIHIL PRAEPONERE*, por meio do qual se tem acesso a dezenas de palestras deste padre e no qual se pode ler que “O trabalho intelectual do Padre Paulo Ricardo foi profundamente influenciado por Olavo de Carvalho” a partir de 2002. (RICARDO, 2016).

Segundo o requerimento do deputado Izalci ao MEC, a estratégia de Marx e Engels de destruir a família já se fazia presente em 1845 em *A Ideologia Alemã*. Diz ele que esta estratégia foi momentaneamente abandonada por Marx e Engels para dar lugar à teoria da luta de classes, sendo posteriormente retomada em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

Veja como a questão é apresentada neste documento:

Marx escreveu na sua obra **“A Ideologia alemã”**:

“A propriedade privada somente poderá ser suprimida quando a divisão do trabalho puder ser suprimida.

A divisão do trabalho, porém, na sua origem, não é nada mais do que a divisão do trabalho no ato sexual, que mais tarde se torna a divisão do trabalho que se desenvolve por si mesma. A divisão do trabalho, por conseguinte, repousa na divisão natural do trabalho na família e na divisão da sociedade em diversas famílias que se opõem entre si, e que envolve, ao mesmo tempo, a divisão desigual tanto do trabalho como de seus produtos, isto é, da propriedade privada, que já possui seu germe na sua forma original, que é a família, em que a mulher e os filhos são escravos do marido”. [Karl Marx e Friedrich Engels: *A Ideologia Alemã*]. (IZALCI, 2014, p. 4).

A leitura desta citação deixa explícita a ideia de que Marx e Engels identificavam na abolição da família a pré-condição para a abolição da divisão do trabalho e, por sua vez, da propriedade privada.

Pelo fato da citação trazer como referência apenas os autores Marx e Engels e a obra *A Ideologia Alemã*, sem alusão à edição e página, procedemos a uma pesquisa por meio da qual constatamos que a passagem citada não consta de nenhuma das publicações em português desta obra e que a mesma se trata, na realidade, de uma montagem a partir de trechos que aparecem em diferentes partes do livro, sem sequer respeitar a ordem sequencial dos mesmos. Desse modo, o requerimento atribuiu à Marx e Engels um raciocínio que não era deles, mas que seria conveniente que fosse porque assim ficaria mais fácil combater o marxismo.

Vejam algumas passagens de *A Ideologia Alemã* que demonstram que Marx e Engels não poderiam ter sido autores da passagem a eles atribuída:

(...) esta consciência de carneiro, ou tribal, recebe o seu desenvolvimento e formação posterior do aumento da produtividade, da multiplicação das necessidades e do

aumento da população que está na base desta e daquele.

(...) Deste modo se desenvolve a divisão do trabalho, que originalmente nada era senão a divisão do trabalho no ato sexual, e depois a divisão espontânea ou "natural" do trabalho em virtude da disposição natural (p. ex., a força física), de necessidades, acasos, etc., etc. (MARX; ENGELS, 2007, p. 26).

Podemos aferir desta passagem que o aumento da população impulsiona e determina o aumento da produtividade e das necessidades que, por sua vez, determinam o desenvolvimento da divisão do trabalho, elevando-a a um estágio superior àquele que correspondia à divisão originariamente existente no "ato sexual", porque

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual. A partir deste momento, a consciência pode realmente dar-se à fantasia de ser algo diferente da consciência da práxis existente, de representar *realmente* alguma coisa sem representar nada de real (MARX; ENGELS, 2007, p. 26).

Assim, encontramos a chave da questão: não existe a divisão do trabalho como uma categoria absoluta, uma vez que a mesma "só se torna realmente divisão a partir do momento em que" uns pensam e outros agem, separadamente.

A articulação entre divisão do trabalho e propriedade privada, que tem na família seu germe, conforme aparece na citação forjada do requerimento endereçado ao MEC, nada tem a ver com *A Ideologia Alemã*, pois nesta encontramos que a primeira forma de propriedade foi a tribal, que correspondia a uma "fase não desenvolvida da produção em que um povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de gado ou, quando muito, da agricultura", momento em que a divisão do trabalho é "muito pouco desenvolvida e limita-se a um prolongamento da divisão natural do trabalho existente na família". (MARX; ENGELS, 2007, p. 26).

Vejamos esta outra passagem:

A estrutura social limita-se, por isso, a uma extensão da família: os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo, e por fim os escravos. A escravatura latente na família só se desenvolve gradualmente com o aumento da população e das necessidades e com o alargamento do intercâmbio externo, tanto de guerra como de comércio de troca. (MARX; ENGELS, 2007, p. 26).

É evidente que a "estrutura social", que se limita a uma extensão da família, assim como a "escravidão latente" estão associadas à família patriarcal no contexto de sua gênese, e não que a escravatura seja inerente à qualquer forma de família, mesmo porque latente e inerente não são sinônimos. Aliás, os críticos da "ideologia de gênero" aqui mencionados guardam segredo de seus leitores e ouvintes que Engels concebe a existência de várias formas de família anterior à família monogâmica patriarcal.

Em *A Ideologia Alemã* encontra-se esta passagem que articula as três categorias aqui abordadas:

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas estas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a *repartição*, e precisamente a repartição *desigual*, tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e portanto a propriedade, a qual já tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho [*Arbeitskraft*] alheia. (MARX; ENGELS, 2007, p. 27).

Há que se ler este fragmento com o devido cuidado, justamente por tratar-se de um fragmento, para que não se incorra no risco de fragmentar e distorcer o pensamento original dos autores. Tomemos como exemplo a “divisão do trabalho” que se assenta na “divisão natural do trabalho na família”, é óbvio que os autores se referem a fenômenos diferentes, caso contrário, isto é, se fossem a mesma coisa, não haveria porque dizer que “A” assenta-se em “B”, bastaria o silêncio. E os leitores atentos de Marx e Engels sabem que estes não desperdiçavam palavras, papel ou tinta. Observemos o mesmo no tocante à “propriedade”, “escravatura”, “divisão do trabalho” e à própria “família”, por se tratarem de produtos históricos e não naturais suas aplicações devem ser contextualizadas, por exemplo: propriedade feudal, escravatura grega, divisão do trabalho na polis, família sindiásmica, etc. Portanto, dado o caráter profundo e articulado da obra de Marx, mais precisamente *A Ideologia Alemã*, há que se tomar muito cuidado para não descaracterizar as ideias originais reduzindo toda a teoria à fragmentos, principalmente do modo manipulado que expusemos acima.

Na obra de Marx e Engels, propriedade, divisão do trabalho e família são pensados a partir da dinâmica histórica. Em *A Ideologia Alemã* prenuncia-se a tese posteriormente desenvolvida em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, tese esta que sustenta que a família é um elemento dinâmico – notem que apesar do título, em nenhuma passagem destas duas obras fala-se em origem ou suposto fim da família, apenas que a mesma deriva das hordas animais; contrariamente sustenta-se que a mesma assume formas distintas de acordo com o nível de complexidade das relações sociais, atingindo a forma da família monogâmica/patriarcal com a instituição da propriedade privada. Engels demonstra que a evolução da família se relaciona e é determinada pelo desenvolvimento das formas de propriedade, sendo que o declínio do matriarcado se associa ao surgimento do rebanho como propriedade do chefe da família, fenômeno que se explica pelo fato deste ter sua origem na atividade da caça que de acordo com a divisão do trabalho nas sociedades primitivas competia ao macho.

A utilização da expressão “origem da família” no título da obra de Engels associa-se à ideia de que a família é um produto histórico-cultural e, portanto, dinâmica, diferente da horda animal que a antecede. Isto fica evidente no fato de que Engels apresenta uma sucessão de modelos de famílias historicamente constituídas, sem teorizar sobre um suposto desaparecimento da instituição familiar, e muito menos que tal desaparecimento seria um pressuposto para a destruição da propriedade privada e implantação do comunismo. Ao passo que com relação à propriedade privada e ao estado, Engels indica o contexto de seus surgimentos e as pré-condições para a destruição de ambas as instituições. Mas mesmo assim os opositores da chamada “ideologia de gênero” ao invés de dizerem que ele concebia várias formas históricas de instituições familiares, sustentam que a teoria marxista está na base da conspiração contra a família dizendo que

Nos últimos anos de sua vida, Marx pôde aprofundar, graças aos trabalhos do antropólogo americano Morgan, sua concepção sobre a família, recolhida finalmente no livro assinado por Engels “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”. Nesta obra Engels, seguindo Marx, sustentava que nos primórdios da história não teria existido a instituição que hoje denominamos de família. (IZALCI, 2014).

Sendo assim, passam a ideia de que o marxismo quer destruir a família em si, e não o patriarcalismo - mesmo porque para estes religiosos a família patriarcal, a propriedade privada e a sociedade dividida em classes de indivíduos desiguais constituem obras do criador. Esta foi a pedra de toque de praticamente todas as palestras dos religiosos (católicos tradicionalistas ou evangélicos) que cerraram fileiras para suprimir qualquer alusão à palavra “gênero” nos planos de educação, entre os anos de 2012 a 2015.

DEVE-SE COMBATERRA IDEIA OU O PORTADOR DA MESMA?

À cerca a questão do método, cabe lembrar que o marxismo sofreu muitas cisões em mais de um século e meio de existência, porém as mesmas deixaram registros que possibilitam aos historiadores acesso ao teor das divergências, mesmo sob a repressão soviética da era estalinista produziu-se uma rica literatura crítica às orientações do Partido Comunista da URSS. No entanto, muitos dos adversários do marxismo devotam grandes esforços no sentido de “desmascará-lo”, atribuindo-lhe fins e meios secretos, justificados pela existência de uma face oculta e conspirativa, pouco importando o que dizem, mas apenas o que intimamente pretenderiam.

Sabemos que a prática de atribuir intenções ocultas ao interlocutor constitui um método recorrente na política. Tal recurso impõe ao acusado o ônus de provar o contrário para evitar que se mantenha sob suspeição, coisa que nem sempre é possível.

Contraposição poderia ser feita sob o argumento de que alguns autores marxistas atribuem intenções a políticos e teóricos ao identificar as relações que os mesmos estabelecem com a produção e com as classes sociais. Porém, o sucesso desta ação fica submetido à capacidade teórica de demonstração destas relações, quando as mesmas existirem concretamente. Coisa muito diferente é a forma com que o comunismo foi historicamente combatido pelos contrarrevolucionários, por meio do apelo ao senso comum, sobretudo apoiando-se na religião. Porém, cabe lembrar que em nome do marxismo também procederam de forma similar os chefes da União Soviética quando, no contexto dos Processos de Moscou dos anos Trinta do século XX, acusaram seus opositores políticos de agentes infiltrados à serviço do capitalismo internacional, resultando na condenação e execução dos mesmos, pois naquelas circunstâncias a capacidade dos réus de provarem o contrário se equiparava à daquelas mulheres que queimaram nas fogueiras da Inquisição na Idade Média sem poderem provar que não eram bruxas.

A teoria marxista foi largamente - e alguém poderia até dizer: cansativamente - explicitada em obras de reconhecimento internacional que chamamos de clássicos. Muitos opositores dedicaram tempo e estudos para contrapor-se a esta teoria, muitos também discordaram de suas proposições básicas mas reconheceram a grandeza da obra, à exemplo do intelectual católico Jacques Maritain.

Este autor aproxima o marxismo do cristianismo dizendo que Marx “tem razão quando diz que a sociedade capitalista é uma sociedade anárquica em que se define exclusivamente a vida como um jogo de interesses particulares” e que nada seria “mais contrário ao espírito cristão” (MARITAIN, 1965, p. 36). A ausência de respostas do cristianismo aos problemas sociais existentes no mundo contemporâneo, pois os cristãos “não souberam realizar a verdade de que eram portadores”, justificaria a existência de um ressentimento que o marxismo nutre em relação ao cristianismo (MARITAIN, 1965, p. 36).

Maritain chega ao ponto de defender Marx contra aqueles que distorceram seu pensamento. Diz ele que o traço característico determinante do pensamento de Marx é a compreensão que este teve da “importância essencial da causalidade material”, fazendo “dela a causalidade pura e simplesmente primeira” (1965, p. 38). Não da forma como o faz o “marxismo vulgar”

Segundo o qual todo o resto, toda a “ideologia”, a vida espiritual, as crenças religiosas, a filosofia, a arte, etc., tudo isso não é mais que um epifenômeno do econômico. (...) Via Marx contudo as coisas mais profundamente; e do mesmo modo que se pode falar em um primeiro impulso “espiritualista” nele a indignação contra a condição feita ao homem oprimido sob as coisas criadas por ele por seu trabalho, e transformado ele próprio em coisa, assim também se deve dizer que, a despeito de certas fórmulas, sempre acreditou ele em uma ação recíproca entre os fatores econômicos e os outros fatores; o econômico isolado não era pois para ele a única fonte da história. (MARITAIN, 1965, p. 38).

Notemos que o argumento segundo o qual o marxismo reduz a realidade humana aos fatores econômicos é recorrente no âmbito acadêmico, sobretudo de quem pouco ou nada estudou de Marx. Maritain, porém não só deixa de fazer coro com esta crítica como ainda defende o marxismo contra as distorções das apropriações aligeiradas e vulgares.

Outra característica que Maritain considera importante no pensamento de Marx é a intuição sobre a condição de alienação que atingiu o trabalhador no mundo capitalista e a desumanização dela decorrente. Este teria sido “o grande lampejo de verdade que atravessa toda sua obra” e “qualquer que seja a aversão que pessoalmente nutria Marx contra o cristianismo, esta intuição é plena de valores judeus-cristãos” (Maritain, 1965, p. 39). Detectando que essa atenção para a desumanização do homem sob o capitalismo constituiria também outro traço religioso do comunismo marxista.

O problema ou a “insensatez” do materialismo dialético estaria em atribuir ao homem o papel que a religião atribui a Deus, desprezando a distinção entre causalidade formal, que competiria a Deus, e causalidade material. Tudo seria transformado em causalidade material que, por sua vez, tornou-se a “causalidade pura e simplesmente primeira” (Maritain, 1965, p. 42).

A tragédia do marxismo consistiria em que, pretendendo com razão encontrar uma solução para o desespero e a decomposição do homem promovido pelo humanismo antropocêntrico, na medida em que não toma conhecimento do caráter transcendente da pessoa humana, da imagem de Deus nela refletida, acaba por tornar-se “tributário do humanismo burguês, na sua mais aberrante e mais inumana metafísica: o ateísmo, o imanentismo, o antropocentrismo levados a seu mais alto ponto de exasperação” (Maritain, 1965, p. 64 e 65). E o comunismo russo constituiu para o autor a demonstração de sua tragédia e consequente fracasso.

Concorde-se ou não com a análise de Maritain sobre o marxismo, há que se “tirar o chapéu”, conforme se diz popularmente no Brasil, para um pensador católico que em pleno contexto da Guerra Fria aborda a obra de Marx de forma honesta, atribuindo-lhe méritos e criticando-a a luz de um referencial teórico. Neste sentido, Maritain merece ser estudado na academia, pois seus argumentos se assentam em referencial teórico explícito, no caso a filosofia cristã, passível de apreciação e crítica, coisa que não podemos dizer dos opositores da “ideologia de gênero” que assentam seus argumentos em supostas intenções dos oponentes, que nunca são tratados como interlocutores intelectuais, “comprovadas” por citações montadas a partir de fragmentos descontextualizados de suas obras.

Sobre o marxismo e a família

No sentido de contrapor a acusação de que o marxismo comporta supostos interesses secretos, apresentamos algumas observações sobre a perspectiva materialista dialética da história à qual se convencionar denominar de marxismo. Primeiro, defende a união entre filosofia e prática social revolucionária, ou seja, a fundamentação teórica para a transformação social em direção a uma sociedade sem classes sociais; segundo, surge no contexto da revolução industrial e identifica o proletariado moderno como o agente histórico potencial para liderar e operar a transformação social, dada sua completa alienação dos meios de produção e por constituir-se na principal classe explorada sob o regime capitalista; e terceiro, instrumentaliza o entendimento do homem, do gênero humano, como um produto histórico onde todos os traços de cultura são suscetíveis a transformações (e aqui comporta parênteses: entendemos cultura como tudo o que transcende ou suplanta os aspectos da realidade físico-natural por meio da ação humana e que passa a constituir-se em saber humano transmissível às novas gerações). Neste sentido o marxismo nos permite entender o indivíduo do gênero humano como ser social incorporado ao ser humano

biológico. E quando falamos de ser social e de gênero humano não pensamos em indivíduos isolados, obviamente.

Partindo do método do materialismo histórico e dialético, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels concebe o parentesco e a família como produto histórico-cultural, específicos do gênero humano e, portanto, suscetíveis a transformações. A família deriva das hordas animais existentes entre os primatas, mas constitui um estágio superior somente observável no mundo da cultura, ou seja, nas sociedades produtoras da sua própria sobrevivência material.

Engels apoia-se nos estudos do antropólogo americano (estadunidense) Lewis Morgan sobre os índios iroqueses que no século XIX ainda viviam no território dos Estados Unidos da América, e também em outros estudos antropológicos sobre aborígenes australianos. Baseado nestes estudos afirma que as denominações de parentesco tais como irmão, irmã, mãe, pai, tio, tia, prima e primo, observáveis nos dois tipos de formação societária (iroqueses e australianos), nem sempre condizem com as relações familiares coexistentes, pois por vezes expressam relações familiares anteriores que foram superadas por novas formas de família. As sociedades em questão representam diferentes estágios de cultura, a primeira uma cultura neolítica com pastoreio e cultivo da terra e a segunda uma cultura paleolítica de caçadores e coletores. Em ambos os casos, as denominações de parentesco persistem como vestígios de uma forma anteriormente existente de família.

Entre os iroqueses o parentesco definia-se por linhagem materna, embora a família fosse patriarcal; ao passo que entre os australianos, cuja forma de família garantia à mulher um lugar mais destacado na sociedade do que entre os iroqueses, as denominações de parentesco pareciam expressar uma forma de relação familiar onde os matrimônios poderiam operar-se por grupos e não obrigatoriamente entre indivíduos.

A tese de Engels sustentada em *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada* é que a família é uma instituição dinâmica que, portanto, não pode ser concebida de forma absoluta. A monogamia ficou restrita à mulher, uma vez que o homem continuou gozando de privilégios que em alguns casos facultava a poligamia ou, quando as leis a proibem, a torna tolerável frente aos costumes no caso do homem, ao mesmo tempo em que a condena veementemente quando se trata da mulher.

Os aspectos aqui enunciados da antropologia e da teoria social de Marx e Engels constituem apenas uma pequena parcela da mesma. Esta teoria, assim como seus fundamentos teóricos e metodológicos, deve ser assimilada globalmente para constituir-se num guia para a ação revolucionária.

Considerações finais

O grande esforço teórico para se fazerem compreender pela intelectualidade revolucionária e pelas lideranças do movimento operário ocupou toda a vida adulta de Marx e Engels. Neste sentido, qualquer argumento que se inclina a apresentar o marxismo como um movimento conspiratório cujos fundamentos enunciados mascaram ao invés de explicitarem suas reais intenções comete uma enorme injustiça com relação aos marxistas e inviabiliza totalmente o debate de ideias. Debate este que deve ser realizado de forma responsável, sobretudo no meio acadêmico, e não da forma como vêm procedendo os opositores da chamada “ideologia de gênero” nos planos de educação, que atribuem à Marx e Engels, mas também a outros marxistas, posições que estes não sustentaram em seus escritos.

Porém, mesmo que exijamos honestidade intelectual das pessoas, não podemos esquecer que as mesmas estão inseridas na luta de classes e frente a ela se posicionam, conscientemente ou não. No caso dos opositores da chamada “ideologia de gênero”

estudados neste artigo o posicionamento elabora-se do seguinte modo: tratam a família como uma instituição eterna, sem história, sagrada; sacralizam-na para sacralizar também a propriedade privada e a desigualdade social; o máximo de mudança que conseguem conceber é aquela orientada no sentido do aperfeiçoamento da ordem social existente, nunca de sua efetiva transformação. Esta elaboração e esta concepção de história constitui por si só um posicionamento frente à luta de classes.

Notas

² Dentre estes vídeos destacam-se os contidos no blogue CHRISTO NIHIL PRAEPONERE que contempla palestras que expressam posições do conservadorismo católico que reeditam os argumentos anticomunistas e de apoio à ditadura militar brasileira da extinta TFP (Tradição Família e Propriedade), uma organização católica que articulou os setores mais conservadores do catolicismo brasileiro nas décadas de sessenta e setenta do século passado.

³ Em nota de 22 de março de 2014, às vésperas, portanto, da votação do PNE pela Câmara Federal, o Arcebispo Metropolitano de São Sebastião do Rio de Janeiro, Dom Orani João Tempesta, invocou, por meio da página eletrônica da Arquidiocese, os fiéis a aderirem à plataforma “Não quero que a Ideologia de Gênero seja inserida no PNE!”, endereçada aos deputados federais, e telefonarem para os mesmos pedindo que votassem pela rejeição da “ideologia de gênero” no sistema educacional.

⁴ O endereço eletrônico é <https://padrepauloricardo.org/blog>.

⁵ A família sindiásmica situa-se na transição entre a barbárie e o estágio que Engels denomina de civilizado - que é caracterizado entre outros pela existência Estado -, nesta estrutura familiar os casamentos são monogâmicos e não incestuosos. Esta monogamia é mais rígida para a mulher do que para o homem, porém a linhagem e o direito à herança é determinada pela primeira. Seria, portanto, uma família de direito materno.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- COUTINHO, C. N. A Presença de Gramsci no Brasil. **Revista em Pauta**, nº 22, Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2009, p. 37-44.
- ENGELS, F. **A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada**.
- IZALCI, Deputado; et. al. **Requerimento de Informação n. 565/2015 ao MEC**, Brasília, 2014.
- LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica “Rerum Novarum” do Sumo Pontífice Papa Leão XIII a todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica**: sobre a condição dos operários, Roma: Vaticano, 1891. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html; Acesso em: 25/08/2015.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2007.
- RICARDO, Padre. **Marxismo Cultural e Revolução Cultural** (Aula/palestra). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EQNSoNR_jLE; Acesso em: 24/01/2016.
- , **O que você precisa para ser um idiota**. In: CHRISTO NIHIL PRAEPONERE (Blog). Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/episodios/o-minimo-que-voce-precisa-saber-para-nao-ser-um-idiota>; Acesso em: 05/10/2015.

Recebido em: 03/03/2015

Aprovado para publicação em: 03/05/2016